



**Encontro da Sociedade
Brasileira de Economia
Ecológica**

Brasília, 4 a 8 de Outubro de 2011

Políticas Públicas e a Perspectiva da Economia Ecológica

IX ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Outubro de 2011
Brasília - DF - Brasil

A ECOLOGIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMO MECANISMO PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA: O RURAL ALAGOANO E O SISTEMA AGROALIMENTAR AGROECOLÓGICO

Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa (Campus do Sertão/UFAL e MADE/UFPR) -

luciano**cbgb**@hotmail.com

Graduado em Ciências Econômicas (UFAL), Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE/UFPR), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFAL) e Professor Assistente do Campus do Sertão/UFAL

Tatiana Frey Biehl Brandão (Campus do Sertão/UFAL) - **tatianabiehl**@hotmail.com

Graduada em Ciências Contábeis (UFAL), Especialista em Auditoria e Perícia Contábil (CEAP/Maurício de Nassau) e Professora Auxiliar do Campus do Sertão/UFAL

Andressa Rafaelle da Silva (Campus do Sertão/UFAL) - **rafaeleandressa**@hotmail.com

Graduanda em Ciências Econômicas na Unidade Acadêmica Santana do Ipanema - Campus do Sertão/UFAL

Ermeson Henrique Silva dos Reis (Campus do Sertão/UFAL) - **ermesonhenrique**@hotmail.com

Graduando em Ciências Econômicas na Unidade Acadêmica Santana do Ipanema - Campus do Sertão/UFAL

Waléria Geovanna B. da Silva (Campus do Sertão/UFAL) - **waleria.ufal**@gmail.com

Graduanda em Ciências Econômicas na Unidade Acadêmica Santana do Ipanema - Campus do Sertão/UFAL

A ECOLOGIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMO MECANISMO PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA: O RURAL ALAGOANO E O SISTEMA AGROALIMENTAR AGROECOLÓGICO

Eixo Temático: F) Temas conceituais: relações entre economia ecológica, sociedade, natureza, conhecimento, poder, instituições e direito.

RESUMO

Desenvolvimento e pobreza estão interligados. Não há como desenvolver-se com a perpetuação de índices de pobreza. Além disso, a pobreza está associada a degradação da natureza (recursos naturais), que por sua vez é considerado como elemento chave para o desenvolvimento. Assim, cresce a discussão acerca do atual processo de ecologização do desenvolvimento como fator de geração de autonomia e emancipação social. Este seria o mecanismo que possibilitaria pensar o desenvolvimento a partir do local e para local, tendo como parâmetro principal a gestão dos recursos (capital, ecológicos, social, humano e intelectual) realizada pela sociedade local. Assim, este ensaio detem como o objetivo demonstrar que a agroecologia poderá contribuir para a redução da pobreza no rural alagoano proporcionando uma melhor qualidade de vida, preservação/conservação ecológica e autonomia e emancipação social para os agricultores e o território alagoano, ao tempo que constrói uma maneira diferenciada e participativa de se obter desenvolvimento para o ambiente rural alagoano. Para a elaboração deste trabalho foi realizado uma ampla revisão de literatura e aplicação de questionários semi-estruturados ao SEBRAE/AL, SEAGRI/AL, Movimento Minha Terra e agricultores agroecológicos pertencente ao Projeto Vida Rural Sustentável em Alagoas. Ocorre ainda, que este ensaio constitui-se numa discussão inicial, sendo oriundo de numa síntese da parte inicial de um projeto de extensão que está sendo realizado pela Universidade Federal de Alagoas. Após a pesquisa, observou-se que a agroecologia pode contribuir para a erradicação da pobreza, pois possibilita a inclusão socioambiental dos agricultores familiares, gerando renda que pode possibilitar a geração de emprego, além de inserir os agricultores nos espaços democráticos de reivindicação social, por exemplo, os Colegiados dos Territórios: do Alto Sertão Alagoano, do Médio Sertão Alagoano e do Agreste Alagoano, ocorre ainda à gestão dos recursos ecológicos locais, fatos estes que foram possíveis a partir do processo de ecologização do desenvolvimento.

ABSTRACT

Development and poverty are interconnected. There is no way to develop the perpetuation of poverty indexes. Moreover, poverty is associated with degradation of nature (natural resources), which in turn is considered as a key element for development. Thus, there is increasing discussion about the current process of greening of development as a factor in the creation of autonomy and social emancipation. This mechanism was thinking it would enable the development from local to local, having as main parameter the management of resources (capital, ecological, social, human and intellectual) performed by the local society. Thus, this paper holds as the goal to demonstrate that agroecology can

contribute to poverty reduction in rural Alagoas providing a better quality of life, preservation / conservation ecological and social emancipation and empowerment for farmers and the territory of Alagoas, while it builds a differently to obtain and participatory development for rural areas of Alagoas. For the preparation of this work was an extensive literature review and application of semi-structured questionnaires to SEBRAE / AL, Seagram / AL, Motion My Land and agroecological farmers belonging to the Sustainable Rural Life Project in Alagoas. Still occurs, this essay is to start a discussion, and come from a synthesis of the initial part of an extension project which is being held at the Universidade Federal de Alagoas. After the search, we found that agroecology can contribute to poverty eradication, socio it allows the inclusion of family farmers, generating income that can enable the creation of jobs, and enter the democratic spaces of farmers in the social demand for example, the Collegiate Territories: the High Alagoas Hinterland, Hinterland Middle Alagoas and the Alagoas Wasteland, there is also the management of local ecological resources, these facts have been possible from the process of greening of development.

Palavras-chave: Ecologização do desenvolvimento, erradicação da pobreza, agroecologia e autonomia e emancipação social

INTRODUÇÃO

Este ensaio constitui-se numa aproximação acerca da discussão sobre ecologização do desenvolvimento com o processo de desenvolvimento para o ambiente rural. O fio condutor desta discussão é a percepção de que a agroecologia pode constituir-se numa alternativa as políticas desenvolvimentistas para o Sertão Alagoano.

Assim, inicialmente será realizada uma rápida revisão de literatura sobre o assunto.

A Ecologização do Desenvolvimento: construindo a emancipação e a autonomia socioambiental a partir do local

A incessante busca por desenvolvimento vem causando graves problemas aos Estados nacionais em suas múltiplas dimensões (seja a social, econômica, cultural, política, espacial ou ecológica). A corrida pelo *status* de “desenvolvido” faz com que os governantes (nas três esferas de poder) optem por modelos de desenvolvimento não condizentes com as complexidades existentes no local, propiciando, desta forma, um ambiente favorável a graves problemas socioambientais.

O problema nessa busca desenfreada está no simbolismo que associa, prioritariamente, ao crescimento econômico a responsabilidade de ser a peça

fundamental para se alcançar o desenvolvimento, excluindo as demais dimensões da vida social (a cultura, a política, o ambiente, as relações sociais e a dinâmica de territorialização e desterritorialização dos espaços) da participação dessa construção.

Portanto, com a disseminação ideológica desenvolvimentista baseada na teoria econômica neoclássica cria-se uma discussão sobre o desenvolvimento (seja ele social, econômico, territorial ou ambiental) restrita as benesses que serão geradas pelo mercado, precisamente por sua “mão invisível” (GARLIPP, 2004), sem observar se o local e os atores que o constitui estão aptos a assimilarem os modelos desenvolvimentistas que serão implantados.

Desta forma, além de não observarem as particularidades locais e os possíveis problemas advindos da não adaptação aos modelos desenvolvimentistas, os defensores do mercado advogam sobre um maravilhoso mundo novo que poderá ser criado com a economia de livre mercado (GARLIPP, 2004).

No entanto, o que está sendo disseminados pelas diversas localidades do globo, fundamentalmente, nas regiões mais pobres, não são os benefícios, mas pobreza e exclusão, como expõe Zaoual (2003, p. 25) ao explicar que “[...] Excluídas da economia de renda que acompanha o desenvolvimento ‘caído de pára-quedas’, as populações encontram localmente, às vezes com dificuldade, condições e meios de sobrevivência e, até mesmo, conseguem inovar e prosperar em certos casos”.

Contrariamente a esta percepção, o que se viu foi que, de certa forma, todas as nações ocidentais com o mínimo de estrutura institucional seguiram este receituário de desenvolvimento, adotando assim, a política ditada pelos grandes centros de poder, sem observar suas peculiaridades locais, mas aderindo a uma nova ideologia global, ou seja, a riqueza deveria gerar mais riquezas que por sua vez seria distribuída de forma equitativa para a sociedade, propiciando uma melhora nas condições sociais da população.

Além disso, com a globalização e, conseqüentemente, com a imposição para a liberalização comercial das fronteiras nacionais (o livre mercado) fortaleceu, ainda mais, a hegemonia do neoliberalismo como principal (senão único) motor para se alcançar o desenvolvimento. Todavia, para os Estados nacionais e,

principalmente, para o local foi criada uma situação de fragilidade, uma vez que os rumos do seu desenvolvimento ficam fortemente atrelados a requisitos e preceitos advindos de atores sociais alheios às complexidades existentes nos mais diversos níveis escalares e para os diversos atores sociais que compõe os Estados nacionais.

Está ilusão, difundida no final da década de 80 pelo Consenso de Washington, logo foi assimilada pelos países semiperiféricos e periféricos, tornando-se o pressuposto basilar para os projetos de desenvolvimento destes países, mas ao invés de se gerar prosperidade para todos os atores sociais, este modelo propiciou desigualdade e exclusão socioambiental.

Desta maneira, como poderia ser construído um ambiente para a geração de um desenvolvimento sólido e durável? Não contemplar as particularidades locais, desestrutura qualquer modelo que vise à geração de qualidade de vida, conservação ecológica e benesses econômicas para uma determinada região (seja o local ou uma nação).

Entretanto, emerge uma nova percepção de mundo, no que concerne ao desenvolvimento. Nesta perspectiva, o desenvolvimento emerge não como modelo, mas como processo que se constrói a partir do local e de sua história, devendo ser considerado, ao mesmo tempo, sua diversidade e singularidades. Desta forma, Zaoual (2003, p. 26-27) argumenta que, “[...] visto de baixo, o mundo se caracteriza por uma extrema diversidade de situações e de populações cujos sistemas de crenças e práticas são variadas e variáveis no tempo e no espaço [...]”.

Para Leff (2006, p. 157) “Precipitam-se no território tempos diferenciados em que se articulam identidades culturais e potencialidades ecológicas [...]”. O território é o *locus* onde a população reivindica e busca reconstruir seus mundos de vida. No território, a população reconfigura suas identidades a partir de suas formas culturais de valorização dos recursos ambientais e da construção de novas estratégias de reapropriação da natureza (LEFF, 2006). Neste sentido, a população local consegue, por meio de sua identidade socioambiental e da articulação territorial (local, regional, nacional, e/ou internacional), fortalecer o local, disseminar e receber saberes tradicionais e científicos e construir sistemas

alternativos econômicos (desde a produção até a comercialização de mercadorias e serviços).

Assim, segundo Sachs (2002, p. 53), o desenvolvimento deve estabelecer por meio de “[...] um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento”. Neste sentido, o desenvolvimento deve ter como premissa basilar a construção de um processo que deve ser estruturado a partir dos anseios locais, respeitando a capacidade de suporte dos ecossistemas locais, ao tempo que deve propiciar emprego, renda e riqueza para o local por meio da gestão territorial (processos produtivos, saberes locais e biodiversidade).

Portanto, torna-se incompatível a relação existente entre sistema produtivo, degradação excessiva de recursos naturais e qualidade de vida. Ou seja, os sistemas produtivos devem se adequar as novas exigências socioambientais, de maneira a buscar melhores níveis nos retornos financeiros sem destruir suas bases de recurso naturais, que por sua vez se traduz em degradação na qualidade de vida da sociedade, uma vez que as bases de recursos naturais das empresas constituem-se no ambiente onde se formam e ocorrem às relações e organização social dos adensamentos humanos, seja uma comunidade tradicional, de pescadores, indígena ou uma grande metrópoles urbana.

Para, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1991, p. 67) reforça a visão de que para se chegar ao desenvolvimento sustentável é necessário “[...] incluir considerações econômicas e ecológicas no processo de tomada de decisões. Afinal, economia e ecologia estão integradas nas atividades do mundo real. Para tanto será preciso mudar atitudes e objetivos e chegar a novas disposições institucionais em todos os níveis.”

Neste contexto, desenvolver significa construir um sistema de relações socioambientais que: *(i)* observe as potencialidades existentes no território; *(ii)* que respeite a dinâmica cultural de seus habitantes; *(iii)* que mantenha a integridade do ecossistema, respeitando seus limites; e *(iv)* que incentive, fortaleça e internacionalize os sistemas produtivos locais.

Contribuindo com a visão exposta acima, a CMMAD (1991, p. 47) afirma que para que ocorra o desenvolvimento sustentável torna-se necessário “[...] que as sociedades atendam as necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades.” Ocorre ainda que, segundo a CMMAD (1991), o desenvolvimento sustentável deve ter um olhar voltado para “[...] uma visão das necessidades e do bem-estar humano que incorpora variáveis não-econômicas como educação e saúde, água e ar puros, e a proteção de belezas naturais (p. 57).”, ao tempo que “[...] requer responsabilidades mais amplas para os impactos das decisões. Para tanto são necessárias mudanças nas estruturas legais e institucionais que reforcem o interesse comum (p. 68)”.

Por outro lado, repensar o desenvolvimento, no contexto diferente do proposto pela vertente neoliberal, não se restringe apenas a buscar a melhoria da renda e nos níveis de qualidade ou preservação/conservação dos ecossistemas, mas passa pela reconstrução dos espaços democráticos de diálogos e reivindicação social, seja para com o mercado, ou para com Estado. Amartya Sen (2000, p. 18), nesta mesma linha de discussão, explica que “O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade, pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemáticas, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos [...]”, possibilitando desta forma espaços de mobilização e reivindicação social, mecanismos estes necessários a geração de autonomia social, econômica e ambiental.

Ocorre ainda, segundo Sen (2000, p. 23), que “[...] a privação de liberdade econômica, na forma de pobreza extrema, pode tornar as pessoas uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade [...], tais como exclusão ambiental, deslegitimação de seu saber tradicional, perda do direito de propriedade, dentre outros.

Entretanto, cabe salientar que a pobreza não deve ser vista apenas como ausência de renda, mas como algo mais amplo (ausência de benefícios sociais, ambientais, culturais, de autonomia, etc.). De acordo com Milton Santos (2009, p. 68)

Pobreza e riqueza são realidades antagônicas, embora complementares, pois uma não pode existir sem a outra. O

problema de eliminar a pobreza, isto é, de suprimir as diferenças de renda criadas por um processo produtivo gerador de desigualdades, supõe uma mudança no próprio processo produtivo, o que vale dizer das relações do homem com a natureza e dos homens entre si.

A partir da discussão sobre a problemática da pobreza que fundamenta-se o movimento por autonomia e emancipação social. O “local” neste contextos passa a ser visto como *lócus* de reivindicação social, como espaço onde se constroem novas alternativas socioeconômicas. Também, a natureza emerge como meio para a superação da pobreza em suas múltiplas manifestações, uma vez que é a partir da natureza que se constroem os sistemas produtivos (agroalimentares, industriais, etc.), as habitações, os espaços de relações sociais. Neste sentido, Leff (2006, 478), observa que

Essa mudança de visão, organização e ação social começa a legitimar-se nos meios acadêmicos, nas agências internacionais e nos programas governamentais que procuram entender e atender a pobreza através de programas de *desenvolvimento social*. A visão do *ambiente* como um *potencial produtivo alternativo* vai abrindo o círculo ideológico fechado de argumentação sobre as relações da natureza. Em lugar de agregar o objetivo da sobrevivência dos pobres marginalizados rurais ao do crescimento da economia global, começa a delinear-se uma alternativa na qual a autonomia cultural das comunidades e a autogestão de seus recursos ambientais assentam as bases para um desenvolvimento endógeno sustentável e para aliviar a pobreza.

Assim, é notório que a sociedade deve buscar novas formas de interação com a natureza. O problema não reside na escolha entre crescimento e qualidade do ambiente, mas na harmonização dos objetivos socioeconômicos com os objetivos ecológicos tendo como referência a redefinição dos padrões de uso de recursos naturais e das finalidades do desenvolvimento. Desta forma, busca-se uma nova racionalidade econômica, estruturada em elementos que vislumbre novas práticas de incorporação do patrimônio natural aos sistemas econômicos (RAMPAZZO, 2002). “[...] Isto, sem dúvida, é o grande desafio que se apresenta para o próximo milênio, ou seja, harmonizar desenvolvimento econômico e qualidade ambiental” (RAMPAZZO, 2002, p. 162).

Portanto, diante do exposto, pode-se afirmar que desenvolvimento é um processo que se constrói a partir da interação entre a sociedade e a natureza.

Relação esta que, em determinados momentos, ocorre de maneira conflituosa, em outros de maneira harmônica, mas independente do caminho escolhido o impacto (positivo ou negativo) maior recai sobre a autonomia e emancipação social da população, pois um ambiente degradado gera pobreza para o local, mas, por outro lado, o pressuposto neoliberal demanda essa degradação. Assim, emergem as seguintes questões: Como gerenciar esse conflito? E qual o papel da população local neste processo.

O Sistema Agroalimentar Agroecológico: gerando autonomia socioambiental para a construção de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural

Como foi visto anteriormente, a ecologização do desenvolvimento trouxe à baila a discussão acerca de novas formas de se construir o processo de desenvolvimento. Nesta nova percepção, autonomia e emancipação social, preservação/conservação ecológica e fortalecimento cultural, torna-se tão importante quanto os benefícios econômicos gerados pelos sistemas produtivos propostos pela hegemonia neoliberal. Ocorre ainda, que como *locus* de mobilização e reivindicação social emerge o local, uma vez que é nesse ambiente que se configuram os conflitos, as relações sociais e a interação entre Estado, empresas e população.

Diante deste contexto, a agroecologia surge como

[...] um movimento social no campo que não defende mais apenas os direitos tradicionais pela terra, mas também as identidades e os valores culturais das etnias e grupos camponeses; seu direito a estabelecer relações produtivas sustentáveis com seu entorno natural é um estratégia para reconverter sua própria pobreza e seus campos erodidos em fonte de riqueza para satisfazer suas necessidades básicas e suas aspirações sociais. (LEFF, 2006, p. 481)

Observa-se que a agroecologia estrutura-se como um movimento contrário ao atual modelo de desenvolvimento para o ambiente rural concentrador, que gera exclusão social, empobrecimento dos pequenos agricultores (principalmente os agricultores familiares) e degradação ambiental. O modelo dominante gera um ambiente que força os diversos atores sociais residentes no rural, principalmente os agricultores, a deixarem o campo em busca de emprego nas grandes cidades, uma vez que o meio rural não lhe dá condições para que possa emancipar-se e ter autonomia socioeconômica, pois a grande maioria das políticas governamentais e

movimentos pro desenvolvimento primam pela inovação tecnológica, produtividade, eficiência, competitividade e inserção comercial internacional, relegando a marginalidade os atores sociais que estão fora desse padrão.

O problema piora quando esse habitante rural chega à cidade e se depara com uma série de problemas inerentes a questão urbana, tais como: falta de habitação, acesso à saúde e a escola para os filhos, segurança, acesso a infraestrutura (água potável, esgoto e transporte), dentre outros problemas. Além de não conseguir inserir-se no mercado de trabalho por falta de qualificação exigida nos centros urbanos.

Desta forma, torna-se de suma importância encontrar mecanismos que possibilitem a permanência desse residente do ambiente rural, aqui enfocando o agricultor e sua família, no campo, porém dando condições para que eles possam ter qualidade de vida e bem-estar socioambiental, sem a constante assistência dos governos (municipal, estadual e federal), ou seja, propiciando instrumentos/mecanismos que lhes possibilitem alcançar autonomia e emancipação socioambiental. Além disso, as discussões sobre o desenvolvimento devem levar em consideração: os processos históricos e culturais; o progresso não-linear da sociedade; as abordagens discursivas de cunho ético; e a problemática gerada pelos impactos ao meio ambiente (VEIGA, 2005).

Assim, o desenvolvimento para o ambiente rural deve ser oriundo de um processo de construção

[...] que respeitem os distintos modos de vida e das diferentes culturas e que favoreça a preservação da biodiversidade. [...] uma mudança no sentido e nas orientações econômicas dominantes, em favor de novas estratégias que, baseadas na descentralização dos processos produtivos, sejam compatíveis com as condições ecológicas e capazes de incorporar as identidades étnicas e seus respectivos valores culturais (CAPORAL; COSTABEBER, 2001, p. 27).

Torna-se importante, ainda, observar que para se construir uma nova forma de desenvolvimento para o rural diferente do proposto pelo neoliberalismo, deve haver uma primazia pela efetivação universal do conjunto dos direitos humanos para a sociedade local e global. Neste contexto, Sachs (2007, p. 22) argumenta que “[...] o desenvolvimento é a efetivação universal do conjunto dos direitos humanos, desde os direitos políticos e cívicos, passando pelos direitos

econômicos, sociais e culturais, e termina nos direitos ditos coletivos, entre os quais está, por exemplo, o direito a um meio ambiente saudável”.

Ocorre ainda, que o desenvolvimento para o ambiente rural deve ser construído de maneira participativa e negociada e não algo imposto. Tem que ser balizado por uma interação, de maneira igualitária, entre os diversos atores (governo, empresas, ONG, movimentos sociais e pessoas) para que possa, de fato, se constituir como um processo de desenvolvimento que contemple a todos, e que seja constituído de acordo com as reais necessidades da população local, dando-lhe autonomia e gerando emancipação socioambiental.

Nesse contexto, a agroecologia emerge como um sistema de produção e tecnológico que pode gerar tal ambiente propício à autonomia e emancipação socioambiental, uma vez que tende a se adequar as particularidades locais, produzindo um alimento saudável e de ótima qualidade nutricional, que provém de um sistema de cultivo que observa as leis da natureza. Busca integrar o homem ao meio ambiente, utilizando processos de produção condizentes com o *lócus* de produção e com as condições socioeconômicas dos agricultores, de maneira a preservar a natureza e o seu saber local.

O paradigma agroecológico emerge como um movimento socialmente organizado, como um contra-movimento, uma via alternativa à política de modernização agrícola (BRANDENBURG, 2002). Surge como uma alternativa ao modelo agrícola convencional, como uma possibilidade de reprodução social e econômica dos agricultores familiares e uma opção de combate aos impactos ambientais causados pelo mau processo de produção agrícola.

A agroecologia em seu bojo conceitual procura valorizar o conhecimento tradicional do agricultor que é repassado de geração a geração, procurando adaptar esse conhecimento à busca de uma maior conservação do meio ambiente, de maneira a utilizar os recursos encontrados na propriedade como insumos naturais e gerar mais emprego que o atual sistema agrícola industrial, pois é mais intensivo em mão-de-obra.

Leff (2006, 434-435) expõe que

As práticas agroecológicas constituem um exemplo prático de aplicação dos princípios do paradigma ecotecnológico. Essas práticas amalgamam o conhecimento agrícola tradicional com elementos da ciência e da tecnologia modernas, inovando

práticas culturalmente compatíveis com a racionalidade da produção camponesa. As técnicas resultantes são ecologicamente apropriadas e culturalmente apropriáveis, permitem elevar a produtividade e preservam a capacidade produtiva do ecossistema; conservam as identidades culturais e os serviços ambientais do planeta, contribuindo para a adaptabilidade às mudanças climáticas (Altieri, 1987, 1993). O paradigma da produtividade ecoteconológica oferece novas bases para um desenvolvimento sustentável que se apóie nas culturas que têm habitado os ecossistemas e que se atualizam nos processos de inovação e assimilação cultural nas práticas produtivas no âmbito local. Esses processos estão sendo mobilizados pela emergência de novos atores sociais no campo, que lutam para instituir princípios de uma outra racionalidade, ambiental, em novas práticas produtivas que possam ser apropriadas pelas comunidades para satisfazer suas necessidades básicas e suas aspirações em diversos estilos de vida e de desenvolvimento sustentável.

Em sua construção epistemológica, a agroecologia, constitui-se numa “[...] nova abordagem, que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2009, p. 23). Desta maneira, ela está estruturada sobre as dimensões: **(i)** dimensão ecológica e técnico-agronômica, **(ii)** dimensão socioeconômica e cultural e **(iii)** dimensão sociopolítica (ALTIERI, 2009).

A agroecologia ressalta a importância multifuncional que detem os estabelecimentos rurais, seja como locus de produção, ou locus de relação social, ou mesmo prestadora de serviços ambientais. Além disso, este sistema produtivo possibilita a emergência de diversas (múltiplas) atividades econômicas que se fundamentam a partir de uma matriz produtiva. Assim, a partir da produção do alimento agroecológico o sistema possibilita o cultivo de plantas medicinais, e/ou a venda de sementes, mudas e insumos ecologicamente corretos, e/ou a comercialização de produtos madeiráveis, e/ou a produção de artesanato, e/ou a produção e venda de energias alternativas oriundas da biomassa, e/ou a atividade do turismo rural, dentre outras atividades.

Dessa maneira, existe a possibilidade de atuação em diversos (múltiplos) mercados, diversificando a renda do agricultor e de sua família e proporcionando um ambiente de escolha onde cada membro quer atuar, lembro sempre que o bem coletivo deve sobrepor o bem-estar individual. Além disso, como a matriz

produtiva é a mesma existe uma tendência a redução dos custos, principalmente no que se refere aos alimentos, desta maneira, cria-se um espaço para a ocorrência da segurança alimentar e nutricional, possibilitando o acesso da população ao alimento. Ou seja, a possibilidade de atuação em múltiplos mercados, tende a construir um ambiente favorável ao Direito Humano a Alimentação Adequada para a sociedade, ao tempo que gera uma melhor condição social, econômica e ambiental para os agricultores, fato esses que traduz-se em emancipação social e autonomia para os diversos atores sociais.

Leff (2000, p. 80) argumenta que para um desenvolvimento sustentável deve-se propor

[...] a criação de indústrias que transformem *in situ* os produtos agrícolas de cada região, aumentando as fontes de emprego e o valor agregado da produção global das comunidades rurais, como meio de aumentar seu nível de auto-subsistência. Para isto, é necessário que a organização da produção agroindustrial esteja fundada num sistema tecnológico apropriado para transformar os recursos naturais, a partir de processos de trabalho assimiláveis pelos próprios produtores e que resultem numa melhor distribuição espacial das atividades produtivas, para obter a máxima produtividade combinada dos recursos ecológicos, tecnológicos e sociais.

Neste cenário, as interconexões institucionais e escalares são de suma importância para a expansão, fortalecimento e consolidação de um processo de desenvolvimento para o ambiente rural que almeje ser, de fato, sustentável, uma vez que propicia aos estabelecimentos rurais e aos atores sociais instrumentos/mecanismos para a reivindicação de políticas governamentais e para a melhoria das condições de vida dos diversos atores.

Assim, ao ser fundamentado por diversas dimensões, a agroecologia, emerge como uma alternativa mais consistente e próxima à realidade existente no ambiente rural. Não só em relação às questões inerentes ao econômico ou mesmo ao social, mas aos problemas ambientais e culturais que inviabilizam a sobrevivência dos agricultores mais descapitalizados, uma vez que, geralmente, se encontram em áreas consideradas impróprias a produção agrícola. Imprópria, às vezes por infertilidade do solo, todavia, predomina a questão do tamanho dos estabelecimentos rurais, que na maioria dos casos são propriedades pequenas para a produção em massa e/ou estão em terrenos íngremes que inviabiliza a utilização de maquinário e/ou estão em locais com condições climáticas desfavoráveis.

Após todo o exposto observa-se a potencialidade que a agroecologia detem para o desenvolvimento para o ambiente rural. Todavia, para que isso ocorra precisam ser elaboradas políticas que integrem desenvolvimento com a natureza. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar que a agroecologia poderá contribuir para a redução da pobreza no rural alagoano proporcionando uma melhor qualidade de vida, preservação/conservação ecológica e autonomia e emancipação social para os agricultores e o território alagoano, ao tempo que constrói uma maneira diferenciada e participativa de se obter desenvolvimento para o ambiente rural alagoano.

METODOLOGIA E INFORMAÇÃO UTILIZADA

Este trabalho constitui-se numa discussão inicial sobre a temática. Busca-se aqui trazer à baila a importância do ambiente natural para o processo de desenvolvimento.

Cabe salientar que este ensaio constitui-se numa síntese da parte inicial de um projeto de extensão, intitulado “*Agroecologia e Desenvolvimento Rural Alagoano – a construção de um processo de desenvolvimento emergente a partir do local e para o local – uma análise comparativa entre o sistema agroalimentar agroecológico alagoano e paranaense*“, que está sendo realizado pela Unidade Acadêmica Santana do Ipanema – Campus do Sertão – Universidade Federal de Alagoas e deteve como atividade inicial uma revisão da literatura sobre a temática, ora debatida. Também, este ensaio é derivado de uma dissertação de mestrado do autor principal.

Assim, este trabalho foi elaborado a partir de uma ampla revisão de literatura e documental, assim como, de aplicação de questionários semi-estruturados ao SEBRAE, SEAGRI/AL, Movimento Minha Terra e agricultores agroecológicos pertencente ao Projeto Vida Rural Sustentável em Alagoas. Estes questionários foram aplicados buscando observar o comportamento do sistema agroalimentar agroecológico alagoano. Todavia, ainda será realizada uma nova aplicação dos questionários para a atualização de dados.

RESULTADOS PARCIAIS

Para o Estado de Alagoas o sistema produtivo agroecológico é um mecanismo fundamental para a geração de autonomia e emancipação social a

população alagoana, além de possibilitar uma maior integração entre o desenvolvimento e a natureza. Além disso, é uma estratégia de suma importância para os agricultores familiares, uma vez que este Estado possui uma grande potencialidade para a agropecuária, detendo recursos naturais em abundância e mão-de-obra apta, além de ter 73% do seu território ocupado por estabelecimentos agrícolas, sendo 93% destes estabelecimentos de origem familiar.

O movimento agroecológico existe em Alagoas desde a década de 80, entretanto, foi no início dos anos 2000 que a agroecologia começou a ter uma maior visibilidade, por meio de várias iniciativas e pelo esforço de pessoas e instituições que trabalham com esta perspectiva.

Segundo o Movimento Minha Terra (MMT)¹, em seus diversos relatórios sobre o andamento dos projetos que essa ONG conduz em Alagoas, no ano de 2006, havia produção de agroecológicos em 26 municípios do total de 102, representado 25,5% dos municípios alagoanos, estando distribuídos da seguinte forma no território alagoano: (a) 16 municípios (61,5%) encontram-se na Mesorregião do Sertão Alagoano; (b) 6 municípios (23,1%) encontram-se na Mesorregião do Agreste e (c) 4 (15,4%) encontram-se na Mesorregião do Leste Alagoano.

Com relação ao clima a maioria dos municípios está inserida em uma região climática denominada Tropical Semi-Árido (65,4%), seguido pelos grupos de municípios que possuem os climas Tropicais: Quente e Seco (23,1%) e Quente e Úmido (7,7%), e apenas o Município de Maragogi possui uma parte da área de seu território inserida na zona climática denominada Tropical Super-Úmido.

Dessa forma, observa-se que a agropecuária agroecológica alagoana está concentrada em regiões com condições climáticas adversas para a prática das atividades agrícola e para a criação de animais. Uma vez que, são regiões (exceto a zona climática Tropical Super-Úmido) que apresentam restrições edafoclimáticas.

Pode ser citada como exemplo – desta situação – a região com clima Tropical Semi-Árido, área que abrange aproximadamente 17 municípios e que

¹ Esta ONG é uma referência para este trabalho, pois ela é a principal instituição que fomenta projetos com bases agroecológicas no Estado de Alagoas. Por isso, seus relatórios traduzem o comportamento do segmento orgânico neste Estado.

ainda assim produz alimentos agroecológicos. Esse tipo de clima possui uma temperatura média elevada (variando em torno de 27° C) e uma distribuição irregular das chuvas durante o ano, além de deter um baixo volume pluviométrico, pois não excede os 800 mm/ano. Esses aspectos são os principais elementos que caracterizam a Região Nordeste com longos períodos de estiagem, gerando os chamados “períodos de secas”. Esse quadro climático constitui uma restrição ao desenvolvimento agropecuário convencional, baseado em monoculturas ou criação intensiva de animais.

Com o sistema de produção agroecológico, contudo, essa restrição poderá ser superada, uma vez que, esse sistema produtivo utiliza-se de quatro artifícios que poderão melhorar o equilíbrio produtivo dos estabelecimentos rurais. São eles: (1) as culturas a serem manejadas devem estar de acordo com os fatores ecológicos da localidade onde serão cultivadas; (2) deve haver uma diversificação das espécies de plantas a serem cultivadas na propriedade rural, de maneira a gerar um ambiente propício ao controle e combate de pragas, insetos e fungos e melhorar a fertilidade do solo; (3) o cultivo agrícola deve ser associado à criação de animais, também para controlar e combater pragas, insetos e fungos e (4) produção em pequena escala, contrabalanceada com safras agrícolas durante todo o transcorrer do ano, devido à diversificação de culturas (que possuem diferentes ciclos produtivos) num mesmo espaço agrícola [cf. BRANCO, 1998; ALTIERI, 2009; TEDESCO, 2006; MMT, 2005].

O paradigma agrícola agroecológico pode ser um mecanismo importante na inserção dos agricultores familiares (e patronais) – que estão nas regiões semi-árida e árida do Nordeste brasileiro, ou especificamente no Estado de Alagoas – no sistema econômico, sem que eles dependam excessivamente dos governos.

Dessa forma, percebe-se que a agricultura agroecológica pode gerar um ambiente de para a autonomia e emancipação social para os agricultores familiares em áreas que apresentem restrições ecológicas que dificultem a prática da agropecuária, uma vez que inclui o agricultor no mercado e lhe possibilita a geração de renda. Além disso, pode evitar o absurdo êxodo rural, fato que contribui para o inchaço populacional das cidades, expande os bolsões de miséria e aumenta os índices de violência.

Em relação à produção agroecológica alagoana, esta possui uma gama diversificada de produtos que vai desde hortaliças (alface, brócolis, coentro, etc.) até alguns produtos agroindustrializados (açúcar, rapadura, doces, temperos, geléias, polpas de frutas, queijo coalho, etc.), bem como é desenvolvida por agricultores familiares que possui, em sua grande maioria, estabelecimentos agrícolas menores que 10 hectares². Existe, todavia, uma empresa rural (Fazenda Timbaúba) diferenciada que atua no segmento de agroecológicos em Alagoas, pois é a única que possui certificação agroecológica.

Como pontos de comercialização, em Alagoas existem oito feiras de produtos agroecológicos, sendo: (i) duas em Maceió; (ii) duas em Arapiraca; (iii) uma em Maragogi; (iv) uma em Santana do Mundaú; (v) uma em Olho D'Água das Flores e (vi) uma em Porto Calvo.

No entanto, o melhor indicativo, contudo, de que os produtos agroecológicos são bastante lucrativos para os agricultores familiares é o fato apresentado na **Tabela 1**. Nessa tabela está exposto o tamanho dos estabelecimentos rurais familiares (que varia entre 1 a 3 hectares). Também expõe que a receita bruta mensal que cada estabelecimento rural obteve em dezembro de 2006 variou de R\$ 2.334,89 a R\$ 5.786,67. Observa-se ainda, que houve uma variação da receita bruta por hectares entre R\$ 778,30 a 5.328,77.

Tabela 1 – Tamanho das propriedades rurais, receita bruta mensal e relação receita bruta/tamanho das propriedades dos agricultores familiares participantes da Feira Agroecológica de Maceió em 2006.

Produtores	Tamanho da Propriedade (hectares)	Receita Bruta (R\$)	Receita Bruta (R\$)/Tamanho da
1	3	2.334,89	778,30
2	1	5.328,77	5.328,77
3	2,1	-	-
4	1,5	5.786,67	3.857,78
5	2	2.509,89	1.254,95
6	2	3.965,15	1.982,58
7	2	2.334,89	1.167,45

FONTE: Elaborado pelo autor.

Nota: A receita bruta mensal é referente a valores do mês de dezembro de 2006.

Pelo demonstrado na **Tabela 1**, nota-se que as propriedades rurais possuidoras das menores áreas são as que detêm as maiores receitas brutas

² Segundo dados contidos nos relatórios do Movimento Minha Terra dos anos de 2004 a 2006.

mensais, quando avaliado a relação receita bruta mensal por hectares, enquanto que, o estabelecimento detentor da maior área é o possuidor da menor receita bruta mensal, quando observado que este detém a menor relação entre receita bruta mensal por hectares.

Esse fato demonstra que no paradigma agrícola agroecológico o importante não é o tamanho da propriedade rural, mas a forma como o agricultor organiza seu sistema de produção e flexibiliza sua acumulação, procurando sempre ter uma maior diversidade produtiva (maior número de culturas e criação de animais), fato esse que lhe dará uma maior rentabilidade, uma vez que os agricultores atuarão em mais de um segmento de mercado.

Cabe salientar que o Produtor 3 não possui nenhum valor monetário, isso ocorre porque esse agricultor não soube informar nenhum dado inerente a sua receita, demonstrando que ainda existem agricultores que estão gerenciando seus estabelecimentos sem uma noção real de suas condições financeiras.

Outro fato importante é que a renda familiar mensal dos agricultores que quando manejavam convencionalmente era, em sua maioria, de até 1 salário mínimo (57,1% dos agricultores) hoje varia entre 1 a 8 salários mínimos (ver **Quadro 1**).

Quadro 1 – Grau de instrução e renda familiar mensal dos agricultores familiares participante da Feira Agroecológica de Maceió/AL, no ano de 2006

Faixa de Renda Familiar Mensal	Grau de Instrução			
	Analfabeto	EFI	EFC	EMI
<i>Antes de produzir organicamente</i>				
Até 1 SM	1	2	-	1
De 1 a 2 SM	-	2	-	-
De 2 a 4 SM	-	1	-	-
<i>Produzindo organicamente</i>				
Até 1 SM	1	-	-	-
De 1 a 2 SM	-	2	-	-
De 2 a 4 SM	-	1	-	1
De 4 a 6 SM	-	1	-	-
De 6 a 8 SM	-	1	-	-

FONTE: Elaborado pelo autor.

Nota: **EFI** – Ensino Fundamental Incompleto, **EFC** – Ensino Fundamental Completo, **EMI** – Ensino Médio Incompleto

Um fato interessante é que os agricultores que possuem ensino fundamental incompleto são os detentores da maior faixa de renda, com renda familiar mensal variando entre 4 a 6 salários mínimos e entre 6 a 8 salários mínimos.

Pelos fatos expostos neste trabalho, observa-se que o sistema produtivo agroecológico pode constituir-se num mecanismo de inserção dos agricultores familiares no sistema econômico, gerando uma maior renda aos agricultores familiares e melhorando as condições ambientais de suas propriedades.

Além disso, os agricultores agroecológicos estão inseridos em diversos foros de discussão como o Colegiado dos Territórios: do Alto Sertão Alagoano, do Médio Sertão Alagoano e do Agreste Alagoano. Espaço onde exercem sua cidadania reivindicando políticas públicas para seu território e participando do processo de construção de desenvolvimento de sua região.

Além disso, participam de associações articuladas a partir da agroecologia, fator esse que cria uma espécie de gestão dos recursos naturais que ocorre de maneira coletiva e em prol do território, direta ou indiretamente.

Sendo assim, os agricultores que antes, por não se enquadrarem as exigências impostas pelo sistema produtivo agrícola convencional, embasada na Revolução Verde, pode agora vislumbrar uma nova perspectiva, pois com o sistema produtivo agroecológico o agricultor deve flexibilizar seu sistema de produção, detendo diversas safras durante o ano; possui um produto com preços maiores e com um mercado consumidor a ser explorado e bastante lucrativo; e sua produção deve ser condizente com os aspectos ecológicos, sociais e culturais da região onde serão inseridas as culturas agrícolas e a criação animal, de maneira a não inviabilizar economicamente as propriedades rurais, aspectos estes importantes para a construção de um processo para a autonomia e emancipação dos diversos atores sociais locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste ensaio observou-se que a agroecologia começa a desenhar uma nova trajetória para o desenvolvimento inerente ao ambiente rural em alagoas, deixando de lado um modelo concentrador e excludente por outro que possibilita uma inclusão social e maior participação democrática de seus

participantes na construção de seu futuro. Todavia, esse processo está ocorrendo de maneira lenta, fato esse que não inviabiliza esta nova visão.

Tudo isso só foi possível, pois está crescendo a imposição por um desenvolvimento que tenha em seu bojo a preocupação com o gerenciamento dos recursos ecológicos. Neste contexto, o território é chamado a participar desta gestão, uma vez que são eles os detentores do saber local, que quando articulado, de maneira espontânea com o conhecimento científico, consegue construir ecotecnologias conservadoras de recursos naturais e indutoras de desenvolvimento, como é o caso da agroecologia.

Assim, na busca para a erradicação da pobreza a ecologização do desenvolvimento deve ser vista como fundamento balizador para a resolução deste problema, uma vez que neste processo de desenvolvimento o ator local possui tanto importância quanto os atores globais, uma vez que são os detentores das tecnologias socioambientais necessárias a melhoria ambiental dos sistemas produtivos e dos territórios. Esse, fato é observado na agroecologia e por isso este sistema agroalimentar vem crescendo, ampliando a área de manejo, o número de agricultores e se fortalecendo pelo mundo, principalmente em regiões mais pobres e com restrições ecológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 5^a ed, 2009.

BARBOSA, L. C. B. G. *A comercialização de produtos orgânicos como alternativa para a geração de sustentabilidade aos agricultores familiares*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL.

BRANCO, Samuel Murgel. *O meio ambiente em debate*. 29 ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. In. *I Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Indaiatuba, SP: 2002 (06 a 09 de novembro). Disponível em: < <http://www.anppas.org.br/>>. Acesso em: 20 de julho de 2006.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectiva para uma nova extensão rural. In: ETGES, V. E. *Desenvolvimento rural: potencialidades em questão*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

GARLIPP, José Rubens Damas. Economia desregrada. In: XAVIER, Clésio Lourenço (Org.). *Desenvolvimento desigual*. Uberlândia: EDUFU, 2004, p. 09-72.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

_____. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MMT. *Projeto Vida Rural Sustentável: 1º Relatório para o ano de 2005 (até o mês de maio)*. Maceió, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RAMPAZZO, Sônia Elisete. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In: BECKER, Dinizar Fermiano (org.). *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* 4. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 161-190.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009a.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Primeiras intervenções. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANA, João Nildo. *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 21-41.

SEN, Amarty Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TEDESCO, João Carlos. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90*. Passo Fundo: UPF; Porto Alegre: EST, 2006.

ZAOUAL, Hassan. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo: Cortez, 2003.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.